

CONVIVA COM A DIFERENÇA! DIGA NÃO À DISCRIMINAÇÃO!

Na sociedade brasileira, preconceito, discriminação e exclusão caminham juntos. A diferença se transforma em desigualdade através de processos sutis e complexos, presentes em nosso cotidiano, nos âmbitos privado e público, assim como nos diferentes espaços sociais. A discriminação racial, mais especificamente, em relação à população negra, em íntima articulação com a problemática da exclusão social e com as questões de gênero tem sido evidenciada por estudos e pesquisas atuais.

A instituição escolar representa um microuniverso social que se caracteriza pela diversidade social e cultural e por, muitas vezes, reproduzir padrões de conduta que permeiam as relações sociais fora da escola. Desse modo, as formas de se relacionar com o *outro*, na escola, tendem a refletir as práticas sociais mais amplas. Podemos dizer que valores como igualdade e solidariedade, respeito ao próximo e às diferenças, apesar de estarem presentes no discurso da escola, outros mecanismos, talvez mais sutis, revelam que preconceitos e estereótipos também integram o cotidiano escolar. Os veículos da discriminação vão desde o currículo formal, que exclui múltiplas e variadas maneiras de expressão cultural, passando pela linguagem não-verbal, até chegarem, freqüentemente, ao nível dos comportamentos e das práticas explícitas.

Muitos estudos têm buscado contribuir no sentido de desvelar as práticas discriminatórias no interior da escola. Tais estudos constatam que o ambiente escolar pode tornar-se um local de reprodução do preconceito, sem que haja problematização ou tentativas de desnaturalização do mesmo.

Oliveira aponta a existência de diferentes preconceitos presentes na escola, especialmente os de gênero, raça e classe social. Em seu estudo, ficam evidentes as marcas negativas que crianças pobres, negras e do sexo feminino carregam nas dinâmicas sociais da escola. Esta realidade se torna especialmente contundente no caso de crianças que conjugam duas ou mais dessas características, como as alunas negras e pobres, alvo de práticas discriminatórias que afetam seu autoconceito e sua auto-estima e induzem-na a ver a si mesmas como inferiores às demais.

Se a escola constrói um universo monocultural, discriminando assim parte de sua clientela, somente tendo em devida conta essa tendência da cultura escolar é possível ressignificar o que se convencionou chamar de fracasso escolar. (...)

Assim, a questão da diversidade cultural parece ser um tema central nas discussões sobre fracasso escolar [que] assume uma outra dimensão: ele representa, muitas vezes, a inabilidade cultural de determinados grupos sociais presentes na escola em lidar com certos aspectos culturais valorizados pela sociedade e de cujo código algumas crianças não possuem o domínio.

No tocante à construção do preconceito racial na sociedade brasileira, é importante refletir sobre como, em uma sociedade escravocrata, foi se construindo a noção de diferenças de classe e raça, e mais, como ainda estão presentes na nossa sociedade, especialmente no que tange à questão do negro, resíduos do tipo de mentalidade que permitiu que a escravidão fosse tomada como uma prática *normal*. (...)

Em relação ao problema do preconceito de gênero, percebe-se que o sistema educacional reproduz, em algumas situações, estruturas de poder e de privilégios de um sexo sobre outro, o que se reflete nas relações escolares e nos materiais didáticos.

As relações de gênero ainda estão marcadas pela desigualdade e pela hierarquização baseada na diferença entre os sexos e legitimada pela superioridade do masculino sobre o feminino. A predominância do sistema patriarcal, vigente até hoje e profundamente impregnado nas relações sociais, contribui para perpetuar diferentes formas de preconceito e discriminação em relação à mulher.

Fenômenos como violência contra a mulher, abuso sexual, discriminação no mundo do trabalho e da política, assim como a difusão, especialmente na mídia, de uma visão de mulher como objeto de consumo continuam a ter uma grande incidência na sociedade... Os estereótipos de gênero estão profundamente arraigados à sociedade brasileira, em cuja organização o machismo continua sendo um padrão cultural e social dominante.

Em relação aos diferentes tipos de discriminação na escola, entre os quais destacamos o de etnia e o de gênero, acreditamos que o currículo tenha uma importante contribuição no processo de inculcação desses valores no imaginário dos alunos e das alunas, através da omissão de componentes culturais diversos e da presença de estereótipos e preconceitos nos conteúdos curriculares. Neste sentido, a educação acaba sendo vivenciada de forma unilateral, uma vez que tem como preocupação central e quase exclusiva privilegiar conhecimentos considerados *universais*.

A dificuldade de se trabalhar, por exemplo, a questão do preconceito racial, no âmbito social e educacional, está ancorada na existência de um senso comum que, em geral, não reconhece a presença do racismo entre nós e, quando admite a sua realidade, sempre a situa nos *outros*. Ninguém se considera agente ativo de atitudes e comportamentos discriminatórios e racistas. Encontra-se, também, bastante difundida a posição de que é melhor não problematizar o tema, pois assim poderemos estar estimulando o próprio racismo. Silenciar, manter o tema *velado*, é considerada por muitos a melhor estratégia.

O desafio de romper com os preconceitos em relação às questões de gênero, particularmente no que diz respeito às mulheres, passa pelo conhecimento da trajetória vivida pelos movimentos feministas e pelos grupos de mulheres no país, e pela crítica da cultura patriarcal, fortemente arraigada entre nós e transmitida pela socialização primária, desde os primeiros anos de vida de meninas e meninos, assim como pela cultura escolar.

Entretanto, é importante ressaltar que, embora a escola possa refletir desigualdades estruturais, ela não se resume a um mero instrumento de reprodução, uma vez que possui também autonomia em relação à sociedade na qual está inserida. Afirmar que ela seja apenas um produto da sociedade é negar a riqueza e a possibilidade produtiva da escola. Acreditamos no potencial de mudança da escola e em um tipo de educação que favoreça a inter-relação dos diferentes grupos sociais e culturais, na perspectiva da construção da igualdade, e que a promova positivamente, através de práticas pedagógicas democráticas.

Continuar apostando em uma cidadania plena exige que todos os homens e mulheres brasileiros/as sejam cidadãos/as com capacidade para entender a realidade em que vivem, para dela participarem e transformarem-na. (...)

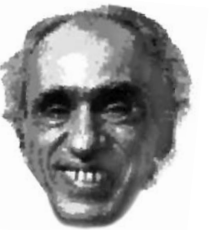
A condição de cidadania para a maioria da população brasileira exige prática permanente de continuar a conquistá-la. O desafio torna-se especialmente significativo quando se refere às questões de raça, gênero e classe social.

Desta forma, se quisermos combater o preconceito e a discriminação, comprometendo-nos com a construção da cultura dos direitos humanos, não poderemos adiar a discussão sobre esta temática. Estes só serão minimizados através de um lento processo de mudança de mentalidades, valores e práticas que deve ser iniciado desde os primeiros anos de escolarização, fase em que há maior flexibilidade intelectual e emocional para a construção e reconstrução de conceitos e atitudes.

¹OLIVEIRA, I. *Preconceito e autoperceito, identidade e interação na sala de aula*. Campinas: T. A. Queiroz.

Direitos Humanos na sala de aula

"Em resposta a uma ética da exclusão, estamos todos desafiados a praticar uma ética da solidariedade."



Betinho

Apresentação

Começamos um novo semestre com disposição renovada de enfrentar preconceitos, discriminações que, negando o direito de ser diferente, promovem a exclusão. Por isso, "Sala de aula em movimento" se empenha para que cada pessoa experimente, enquanto sujeito de direitos que é, o respeito e a valorização de suas diferenças.

De igual modo, o texto para refletir nos coloca frente a frente com a temática, apostando "no potencial de mudança da escola e em um tipo de educação que favoreça a inter-relação dos diferentes grupos sociais e culturais, na perspectiva da construção da igualdade".

Betinho, desta vez em dose dupla, nos fala também sobre o tema e é marca no Calendário.

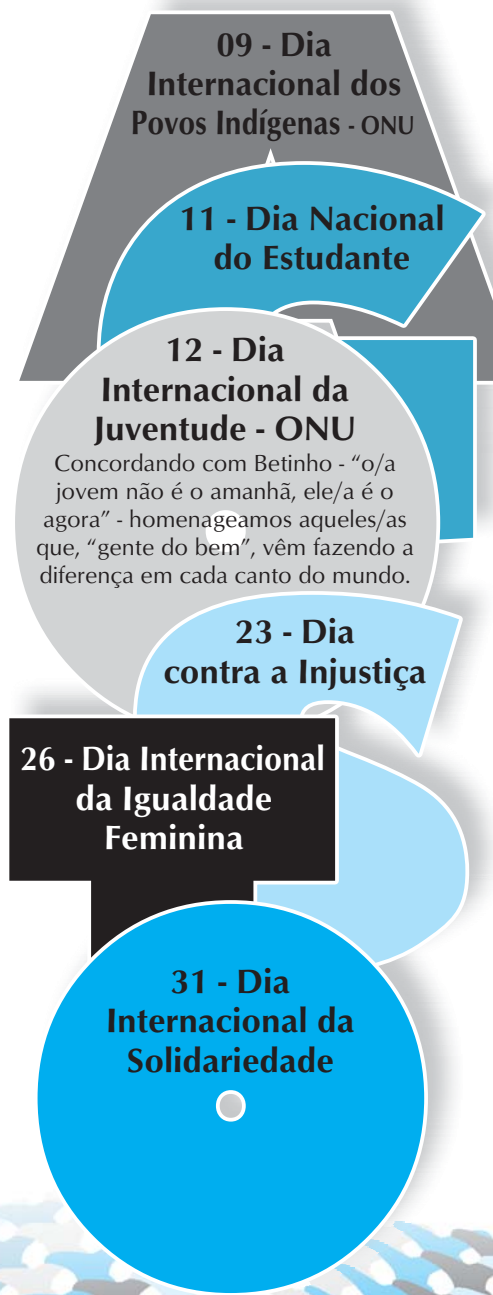
Assim vem o boletim de agosto, a sexta edição de 2007. Impressa e Virtual. Entretanto, é prazeroso registrar que há pouco experimentamos a clara sensação de que, no Teresiano (ver Notícia), uma edição extra dele foi "publicada" em diferentes e originais "páginas": cavaletes, paredes, chão. Colorida, diversificada, bonita, atraía a atenção dos/as leitores/as que analisavam, tomavam notas, trocavam idéias, debatiam... Essa constatação nos leva inevitavelmente a outra: daqui para frente, nos Encontros de Educadores em Direitos Humanos, "exposição de pôsteres" será apenas o apelido desse DDHH em sala de aula que, sem limite de espaço, traz a vida das escolas para ser partilhada por muitos/as, simultaneamente. Assim como num encontro de autores/as que "escrevem", de tantas e variadas maneiras (e a muitas mãos) sobre o mesmo tema, o que lhes confere identidade e os/as revitaliza. O sentimento é o de um futuro promissor.

A equipe

Participe

Em setembro (dia 04, de 14h às 18h), na Novamerica, mais uma das "Atividades Abertas 2007": "Campanha pelo Direito à Educação e o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos", mesa-redonda com Alexandre Arraes, Vera Candau e Alexandre Molon, Venha debater conosco e participar do coquetel de abertura da exposição de fotos "Educação de qualidade não é privilégio. É direito de to@s". Contamos com sua presença.

Datas Significativas



Educadores/as em rede: participação e cidadania

NOVAMERICA
Programa Direitos Humanos
Educação e Cidadania

Editora
Susana Sacavino

Equipe Responsável
Vera Maria Candau
Laura Cristina Campello do A. Mello
Iliana Aida Paulo
Marilena Varejão Guersola

Texto Final
Iliana Aida Paulo

Supervisão Editorial
Adelia Maria Koff

Composição Gráfica
Companhia Visual Manteca